

RIO DE PEQUENAS ÁFRICAS E PARIS TROPICAL: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA BIOPOLÍTICA NA RECONFIGURAÇÃO DAS *GEOGRAFIAS NEGRAS* DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Paula Fernandes da Silva¹

56

Resumo. Vasta é a literatura sobre a primeira grande intervenção urbanística realizada na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente diversos intelectuais têm se debruçado sobre a centralidade da questão racial para a produção do espaço urbano entendendo que as intervenções urbanísticas, tal como o pensamento geográfico do início do século XX, não estão isentas de racialização. Seguindo tais perspectivas, este artigo pretende abordar a biopolítica como ferramenta de análise do espaço urbano, refletindo sobre como os dispositivos do “poder de polícia” e “racismo de estado” operaram na tentativa de branquear a cidade do Rio de Janeiro. Remoção de habitações populares, posturas municipais restringindo a circulação de grupos indesejáveis e o policiamento na área central não foram suficientes para apagar as Geografias Negras da cidade do passado. Ao inaugurar a modernidade carioca da “Paris tropical” esta nova tecnologia de “fazer viver e deixar morrer” consolida outras territorialidades negras reconhecidas como Pequena(s) África(s).

Palavras-chave: biopolítica; geografias negras; racismo; intervenções urbanísticas.

RIO OF LITTLE AFRICA(S) AND TROPICAL PARIS: SPECULATIONS ON THE IMPORTANCE OF BIOPOLITICS IN THE RECONFIGURATION OF BLACK GEOGRAPHIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

Abstract. Vast is the literature on the first major urban intervention carried out in the city of Rio de Janeiro. Recently, several intellectuals have been focusing on the centrality of the racial issue for the production of urban space, understanding that urban interventions, like geographical thinking at the beginning of the 20th century, are not exempt from racialization. Following these perspectives, this article intends to approach biopolitics as a tool for the analysis of urban space, reflecting on how the devices of “police power” and “state racism” operated in an attempt to whiten the city of Rio de Janeiro.

¹Mestra em Geografia, Seeduc/RJ, paulaa.fern@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9604-6270>.

Removing popular housing, municipal stances restricting the movement of undesirable groups and policing in the central area were not enough to erase the Black Geographies of the city of the past. Inaugurating the modern Rio de Janeiro's "tropical Paris", this new technology of "making people live and letting die" consolidates other black territories recognized as Little Africa (s).

Keywords: biopolitics; black geographies; racism; urban interventions.

**RIO DE PEQUEÑAS ÁFRICAS Y PARÍS TROPICAL:
REFLEXIONES SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA BIOPOLÍTICA EN LA
RECONFIGURACIÓN DE LAS GEOGRAFÍAS NEGRAS DE LA CIUDAD DE
RÍO DE JANEIRO A PRINCIPIOS DEL SIGLO XX**

Resumen. Amplia es la literatura sobre la primera gran intervención urbana realizada en la ciudad de Río de Janeiro. Recientemente, varios intelectuales se han centrado en la centralidad de la cuestión racial para la producción del espacio urbano, entendiendo que las intervenciones urbanas, como el pensamiento geográfico de principios del siglo XX, no están exentas de la racialización. Siguiendo estas perspectivas, este artículo pretende abordar la biopolítica como una herramienta para el análisis del espacio urbano, reflexionando sobre cómo operaron los dispositivos del "poder policial" y el "racismo estatal" en un intento de blanquear la ciudad de Río de Janeiro. La eliminación de las viviendas populares, las posturas municipales que restringen el movimiento de grupos indeseables y la vigilancia en el área central no fueron suficientes para borrar las Geografías Negras de la ciudad del pasado. Al inaugurar la modernidad de Río de Janeiro en el "París tropical", esta nueva tecnología de "hacer vivir y dejar morir" consolida otras territorialidades negras reconocidas como Little Africa (s).

Palabras clave: biopolítica; geografías negras; racismo; intervenciones urbanas.

Em busca das Geografias Negras do passado

Vasta é a literatura sobre a primeira grande intervenção urbanística do Rio de Janeiro. A cidade viveu a “era das demolições” (ROCHA, 1986), foi considerada a Paris dos trópicos (BENCHIMOL, 1992), chamada de “cidade febril” (CHALHOUB, 1996), recentemente de “cidade negra” (MOREIRA et al, 2006; CHALHOUB, 2011; FARIAS, 2012; GUIIMARÃES, 2015), e até mesmo de “Atlântida Negra” (BARBOSA, 2016) ampliando para uma perspectiva diaspórica. Historiadores, urbanistas e geógrafos (ABREU, 1997; PESAVENTO, 2002; IPP, 2008; entre tantos outros) buscaram nos arquivos os caminhos da transformação da paisagem, dos impactos sociais e das intencionalidades do período “bota-abaixo”.

Mesmo conhecido, um tema não se esgota enquanto novas perguntas motivarem pesquisadores. Este artigo segue os passos de intelectuais (LIRA, 1999; CAMPOS, 2006; SANTOS, 2007, 2011; OLIVEIRA, 2011, 2017; AMPARO ALVES, 2011; GUIMARÃES, 2015, 2020; CIRQUEIRA et al., 2020) que se dispuseram a refletir sobre a centralidade da questão racial na produção do espaço. Aproveitamos a proposta de “repensar a Geografia por meio da construção de métodos e metodologias para que as histórias, culturas e conhecimentos de grupos sociorraciais colonizados e escravizados possam ser inseridos em perspectivas de análises espaciais afirmativas” (GUIMARÃES, 2020, p.295) para investigar a espacialidade das experiências negras na cidade do passado – seus agenciamentos, recriações culturais e os dispositivos de controle construídos para cercear sua circulação no espaço urbano. Aqui trataremos a biopolítica como ferramenta de análise do espaço urbano para compreender a relação entre o Estado (ou em termos foucaultianos, a soberania) e os diversos grupos sociais que o compõem, mediados pelo *racismo*. Para Foucault (2010) o racismo é um mecanismo diferenciador de grupos sociais, referência que divide os grupos para quem a biopolítica se dirige – para quem “se promove a vida” – daqueles que podem ser “deixados para morrer”. Entendemos que os dispositivos biopolíticos do “poder de polícia” e o “racismo de estado” operaram na tentativa de branquear o espaço da cidade, somando-se às já conhecidas remoções das habitações populares da área central, o “bota abaixo” (ROCHA, 1986).

Os esforços de transformação da *cidade negra* em *Paris tropical* se deram no campo material, através de intervenções urbanas, da destruição do patrimônio colonial e símbolos da antiga cidade escravista, da remoção das habitações populares da área central sob o discurso de promoção da salubridade e embelezamento do espaço. Mas a paisagem se transforma não apenas pela reforma arquitetônica, também pelo apagamento da população que ocupava suas ruas e praças (SILVA, 2019). Não apenas a forma muda, mas quem circula na cidade: os grupos representados nas pinturas da cidade do início do XIX – carregadores, quitandeiras, lavadeiras, mercadores; todos negros – desaparecem das fotografias no início do século XX. O apagamento da população negra na área central da cidade é operado também pelo controle da circulação: paralelo às transformações materiais, é erigido um conjunto de posturas proibitivas das ações “impróprias” para uma cidade moderna. Entendemos que os mecanismos de ordenamento espacial, fossem os fixos (remoções de habitações populares) ou os fluxos (controle da circulação de pessoas e práticas “indesejáveis”), mobilizavam critérios raciais por se dirigirem a grupos sociais específicos (população pobre e racializada), enquanto promoviam a vida através da salubridade, embelezamento e “civilidade” da área central.

Para a criação do espaço da *modernidade carioca* (BARBOSA, 1990) automaticamente consolidou-se o seu “outro”. Ao contrário do desejado pelas elites brasileiras inspiradas pela suposta cientificidade das teorias eugenistas, a população negra não desapareceu nem embranqueceu. Foi apagada das representações dos cartões postais da cidade, mas continuou ocupando a antiga periferia da capital, que se estendia da zona portuária até a Cidade Nova, através de recriações da *cidade negra*, sua sociabilidade, laços de solidariedade e múltiplas territorialidades: a Pequena África².

A remodelação da cidade e a inauguração da biopolítica

² Ou como sugerimos no título, Pequenas Áfricas, devido a sua extensão, por diversas freguesias da cidade, e pela diversidade de grupos sociais, fossem de brasileiros oriundos de diferentes regiões do país ou descendentes de etnias africanas diversas.

Durante o século XIX a cidade dos abafados cortiços, das ruas estreitas, do esgoto carregado sobre negras cabeças, do calor e umidade sufocante, das devastadoras epidemias não se separava – para o horror das classes abastadas – dos sobrados arejados e chácaras bucólicas, da projeção de ruas largas, das brancas cabeças adornadas por chapéus do tipo parisiense e da brisa fresca da Baía de Guanabara. O Rio de Janeiro era uma cidade de contrastes entre o passado colonial – latifundiário, escravocrata, monarquista – e a projeção de um futuro “moderno” – industrial, abolicionista, republicano. Imagens opostas e visíveis no cotidiano da maior capital da América do Sul: aquela que aspirava a Paris, mas que se via “[num] país tropical, de herança colonial e escravista, com uma imensa população pobre e mestiça” (PESAVENTO, 2002).

Maurício Abreu (1997) indica a demanda das elites³ em resolver as contradições entre essas distintas lógicas de cidade, apenas “solucionada” no início do século XX, quando a cidade colonial foi varrida da paisagem da área central. Os elementos “modernos” da lógica industrial foram introduzidos ao longo do século XIX, a partir de uma separação “gradual e depois acelerada dos usos e classes que se amontoavam no antigo espaço colonial” (ABREU, 1997, p.36). As últimas décadas do XIX foram marcadas pelos esforços iniciais do processo de modernização da capital brasileira: além da instalação de fábricas têxteis nos arrabaldes da cidade, este foi o período em que os dois elementos impulsionadores da expansão da metrópole (bondes e trens) passam a atuar sincronicamente. É também a partir da década de 1870 que o “sistema escravista(...) entra definitivamente em colapso, caminhando celeremente para sua superação.” (ABREU, 1997, p.37)

A demanda por transformar a cidade partia da necessidade de uma nova organização do espaço, que não só garantisse os fluxos do capital cafeeiro, agilizando o processo de importação e exportação de mercadorias, mas que também banisse a imagem de cidade escravista e colonial. Produzir um novo urbano impulsionava a produção de uma nova representação sobre esta cidade, que deveria ser salubre, higiênica, e seguir as

³ Presente nos discursos de engenheiros, médicos e políticos em jornais e relatórios técnicos.

referências de beleza do urbanismo francês. Para se tornar o símbolo de um “novo Brasil” (ABREU, 1997, p.60), a nova e moderna cidade do Rio de Janeiro precisaria eliminar atividades que não condiziam com suas aspirações. “A identidade urbana do Rio de Janeiro não poderia ser construída em cima de uma cidade feia, imunda, perigosa, caótica. A cidade do desejo negava a cidade real, e o espelho deveria refletir a imagem de uma urbe higiênica, linda e ordenada” (PESAVENTO, 2002, p.169). Houve um esforço do Poder Municipal em reconfigurar e regulamentar certas práticas espaciais que garantissem a imagem de uma cidade moderna (eliminando o comércio ambulante e de gêneros alimentícios em espaços de monumentalidade, o lixo, os animais, e dos “indesejáveis”). Sandra Pesavento (2002, p.169) continua: “há uma curiosa operação de ‘limpeza’ da memória social, varrendo-se tudo aquilo que possa evocar o ‘popular’ e o ‘antigo’, que é preciso superar”.

Não por coincidência essa imagem da cidade que deveria ser transformada a todo custo era composta majoritariamente por pessoas negras. A composição racial a cidade no século XIX pode ser identificada a partir do recenseamento da época (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1876, 1895), de trabalhos que se dedicaram à espacialização destes dados nas freguesias urbanas da cidade (SILVA, 2019), mas também a partir das *representações* do Rio de Janeiro no cenário internacional. A narrativa dos viajantes estrangeiros na primeira metade do século XIX, apesar de não trazer dados concretos do quantitativo de pessoas negras – escravizadas ou livres – tem um peso simbólico muito grande, motivo pelo qual esses trabalhos “pré-antropológicos” foram mal recebidos pelas elites e intelectualidade brasileiras:

A crítica de nosso país não recebeu com agrado esse livro [*Viagem pitoresca ao Brasil*]. Membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro julgaram “chocante que se pintassem costumes de escravos e cenas da vida popular com tanto realismo”. É justamente isso, no entanto, que, decorrido quase um século e meio, sustenta o interesse pelo livro de Debret, tornando-o um documento de grande valor para o conhecimento dos usos e costumes da época em que permaneceu no Brasil. (DEBRET, 1978, p.13, apresentação por Mário Guimarães Ferri)

Incomodava às elites brasileiras que a imagem veiculada mundo afora sobre o Brasil fossem de uma capital representada predominantemente por costumes negros. Pesavento (2002) afirma que as intervenções na capital federal no final do século XIX e

início do XX podem ser entendidas como um *projeto político* que correspondia às aspirações de uma elite “desejosa de dar nova feição e identidade ao país através da reforma de sua capital. Por sua vez, as modificações concretas no espaço público arrastariam consigo a normatização das práticas sociais, compondo, finalmente, uma nova representação do urbano” (PESAVENTO, 2002, p.174).

O discurso pró-modernização e de ordenamento da cidade encontra legitimidade na Medicina Social, ciência institucionalizada no Brasil na segunda metade do século XIX. Ela compreendia que as doenças eram produzidas pelo ambiente, apontando para uma nova escala de atuação das ciências da saúde: do corpo à população. Neste trabalho entendemos que o reordenamento do espaço à luz do discurso científico para garantir a qualidade de vida nas bases da modernidade é a grande novidade implementada no início do século XX. Esta relação com o espaço urbano ao pensar o conjunto da sociedade e otimizar os processos de reprodução da vida social (através do saneamento, da habitação “salubre”, e do controle do “meio tropical”) é a biopolítica. Gerir a sociedade compreendendo seus fluxos e organizando seu “meio” de reprodução, prescinde de outro mecanismo, paralelo à promoção da vida: o racismo. Para Foucault (2010[1976]), este é a indicação de grupos “indesejáveis” que deverão ser eliminados (ou neutralizados) pois representariam um perigo para a garantia da vida dos “desejáveis”. A alteridade entre “Eu” (grupos desejáveis) e o “Outro” (indesejáveis) está presente no discurso das elites brasileiras no período indicado⁴, cujos acalorados debates acerca da formação da população brasileira (predominantemente negra e mestiça até o século XIX) indicam a eleição de um “tipo” étnico (branco) para garantir o progresso nacional em detrimento de outro (negro e mestiço), que representava o atraso, a herança escravocrata.

Entendemos, junto com Chalhoub (1992) e Moreira et al. (2006), que o discurso de guerra aos cortiços, local de moradia da população pobre e racializada, vai de encontro à eleição deste grupo social como “indesejável”, que deveria ser varrido (invisibilizado) no processo de modernização e branqueamento da cidade. Para Foucault, o racismo é

⁴ estudado pela historiadora Célia Marinho Azevedo (1987)

elemento-chave na economia da biopolítica: é preciso promover a vida de um grupo em detrimento de outro que não se encaixa. Entendemos também que associado ao reordenamento espacial desenvolvido a partir da “cirurgia urbana” existiu em simultâneo a regulamentação de práticas espaciais “em conformidade” a este espaço moderno. A operacionalização das práticas proibitivas tem como agente principal a polícia, conceituada por Foucault (2008[1978]) como instituição coercitiva para assegurar a coabitação humana no urbano. A interdição ao espaço é o contraponto da biopolítica: para garantir uma cidade moderna, práticas vistas como coloniais (quituteiras, quitadeiras, vendedores ambulantes, batuques nas tavernas, candomblés, zungus, capoeiras, quiosques, vadiagem, mendicância) devem ser interrompidas e seus praticantes presos.

Polícia, racismo e identificação do “inimigo público”: nada de novo sob o sol dos trópicos

A era das demolições se inicia com a destruição do Cabeça de Porco⁵, que se transformou num espetáculo midiático de remoções violentas e horror das classes pobres. Sidney Chalhoub (1996) analisa os sentidos que permitiram a barbárie do despejo ser comemorada pelos jornais da época como uma conquista heroica. Para o historiador, estava consolidado no senso comum do público leitor (em sua maioria uma classe média e alta alfabetizada) que as intervenções estatais, promovidas a partir do embasamento científico dos médicos sanitaristas e engenheiros, eram imprescindíveis para a administração neutra e técnica das cidades, mediada inclusive pela ideologia da higiene(1): “racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria

⁵ “Enorme cortiço localizado próximo à estação ferroviária Central do Brasil. O nome era uma referência ao adorno do portal de entrada: a escultura da cabeça de um suíno. (...) O Cabeça de Porco ganhou fama pela persistência. Durante o Império, não foram poucas as tentativas de desativá-lo. Em 1891, por exemplo, um contrato da municipalidade previa a construção de um túnel e a desapropriação de imóveis. Mas o cortiço, situado aos pés do Morro da Providência impediu o bota-abaixo. Dois anos depois, entretanto, o prefeito Barata Ribeiro determinou a sua eliminação. (...) Durante mais de uma década, o cortiço suscitou lendas urbanas: embora não haja registros definitivos sobre o assunto, diziam que nele chegaram a morar, ao mesmo tempo, 4 mil pessoas.” Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/11/o-inderrubavel-cabeca-de-porco>

nortear então a condução não-política, competente, eficiente das políticas públicas.” (CHALHOUB, 1996, p.20). E mais, que os habitantes das “espeluncas” eram todos criminosos em potencial, ideia facilitada pela dimensão do determinismo ambiental em que um meio degradado degenera seus habitantes – as chamadas “classes perigosas” (2).

Consideramos ambos os sentidos como partes complementares da tecnologia de poder inaugurada no Brasil com o ordenamento sistemático do espaço. A primeira, ideologia dotada de verniz científico que garantiria a legitimidade “neutra” dos interventores: a higiene e todo seu aparato estatístico para garantir a promoção da vida. Chalhoub (1996) ressalta que os princípios “científicos” que conduziram o país à civilização, a partir do controle das epidemias e do extermínio da estética degradante da cidade colonial, adotavam como modelo a “civildade” europeia, mas também elegiam a quais grupos da população seria “promovida a vida”.

Já a definição de “classes perigosas” era muito ampla para restringir-se a apenas um grupo social – “indivíduos que escolhem estratégias de sobrevivência que os colocam à margem da lei” –, o que colocava praticamente todos os pobres sob suspeita do aparelho policial:

Assim é que a noção de pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da *suspeição generalizada*, da premissa de que *todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário* e, é lógico, *alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros*. (CHALHOUB, 1996, p.23, grifos nossos)

O contexto da abolição e pós-abolição faz com que “desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (CHALHOUB, 1996, p.23). Citando Lima Barreto, Chalhoub complementa: “Todo cidadão de cor há de ser por força um malandro”. A suspeição generalizada é a essência das classes perigosas: se antes o trabalhador escravizado (mercadoria) estava atrelado à produção (e seus mecanismos de coerção, o tronco ou pelourinho) no sistema capitalista, com a maior circulação destes no contexto urbano (enquanto escravos ao ganho, por exemplo) e na abolição, precisou-se

desenvolver outras tecnologias de controle da circulação e existência dessa significativa parte da população carioca. A vigilância urbana, instrumentalizada através do controle do corpo era a função original da polícia no século XIX:

Nas cidades, muitas vezes impossibilitados de dispor de um tronco em casa, os senhores faziam uso dos diversos pelourinhos. Ao contrário das zonas rurais, sem feitores para controlar o trabalho de seus escravos nas ruas, os senhores contavam com o aparato policial. (MOREIRA et al., 2006, p.61)

A ampla definição de classes perigosas era uma justificativa à violência do Estado: é dever deste agir na política de controle social dos trabalhadores, e para isso mobilizava a prerrogativa da suspeição generalizada, em que todo indivíduo (negro) era suspeito até que conseguisse provar o contrário. A montagem do aparelho de repressão do Estado segue uma razão de ser: o controle dos “suspeitos *a priori*” ou das “classes perigosas”. Esta tecnologia de controle da circulação dos indivíduos baseada na vigilância de uma instituição do Estado sobre grupos “desviantes” é característica do poder disciplinar, ainda que este esteja articulada com a biopolítica. A disciplina, em Foucault (2010 [1976]) é o conjunto de técnicas centradas no treinamento individual que visam adaptar o indivíduo ao modo de produção vigente: é papel da escola disciplinar as crianças para que estas internalizem os códigos e horários do mundo do trabalho. Os desviantes são direcionados a sistemas de correção (penal ou psiquiátrica), que funcionam como isolamento da sociedade. Essa racionalidade disciplinar mobiliza sistemas de vigilância dos indivíduos, hierarquias sociais e inspeções constantes para identificar os desviantes da norma. É o modelo de organização das fábricas na Europa e dos engenhos de açúcar nas Américas.

Para Foucault (2008 [1978]), a polícia é a modernidade administrativa do Estado, um misto de moralidade e trabalho, cujo maior interesse são as ocupações dos homens. A polícia, enquanto instituição coerciva, deve assegurar que os homens vivam, e em grande número; mas também deve assegurar a morte (ou a neutralização) dos indesejáveis na sociedade de segurança. Dessa forma, ela é o conjunto de práticas ao redor de uma instituição cuja função é a regulamentação urbana para garantir a coabitação dos homens, a fabricação de mercadorias, a venda dos gêneros; ou seja, a circulação de bens e pessoas no espaço urbano. Para tanto, lança mão da força armada

“para evitar todas as consequências e desordens (...), pessoas errantes que [a polícia] era encarregada de controlar e reprimir” (FOUCAULT, 2008[1978], p.452). Esta tentativa de disciplinarização geral é típica de um modelo essencialmente urbano, e vai se institucionalizar no Rio de Janeiro enquanto Intendência Geral de Polícia no início do século XIX, com a chegada da corte elevando a cidade à capital do Império. No modelo brasileiro da mesma época, reinava o *poder soberano* do senhor de terras, o poder de dispor sobre a vida de seus “súditos” (trabalhadores escravizados ou livres) e promover a morte daqueles que transgredissem à sua autoridade. A polícia, na sua forma moderna de existência, mobiliza a violência como principal recurso para garantia de funcionamento.

Dessa forma, *consideramos o ordenamento dos corpos na cidade* – iniciado enquanto política do Estado a partir da institucionalização da medicina social, passando pela elaboração dos projetos de intervenção urbanística e seu consenso acerca da neutralidade científica, o controle policial sobre os indivíduos “suspeitos” até as grandes reformas urbanísticas do século XX e a remoção dos indesejáveis das áreas valorizadas – *como dispositivos dentro da tecnologia de promoção da vida urbana* na cidade do Rio de Janeiro.

Para promover a vida é necessário delimitar quais grupos as transformações se destinam, pois para Foucault a promoção da vida na sociedade do biopoder só funciona a partir do *racismo de estado*. O racismo é a legitimidade do direito de matar (ou deixar morrer) os indivíduos indesejados no contexto da biopolítica. É uma estrutura de classificação social que cumpre uma função de morte, delimitando quais grupos teriam acesso à garantia da vida e quais grupos deveriam ser eliminados para a garantia dessa vida. E no caso brasileiro, a compreensão da população negra como perigo estava expressa na fala de diversos intelectuais da época:

Para este positivista e imigrantista [Pereira Barreto], *a asserção científica — raça como determinante de evolução social — não poderia ser entendida apenas no sentido da dominação dos fracos pelos fortes, no melhor estilo da doutrina do darwinismo social. A instituição escravista garantiria o lugar social do negro na esfera dos dominados, porém ele não deixava de influir negativamente sobre “nós”, sobre os costumes e caráter social dos dominantes brancos. O próprio “movimento ascendente da nossa civilização” fora afetado a ponto de acarretar o atraso do país. Quanto ao trabalho, ele se*

degradara tanto que quase já não se podia pensar em termos de fundação de um novo tempo, pautado pelo progresso e civilização. (AZEVEDO, 1987, p.69, grifos nossos)

A morte na sociedade de segurança também pode se dar indiretamente: expor à morte os grupos indesejados (privando-os dos mecanismos que garantiriam a vida – saneamento, assistência de saúde, etc.), multiplicar o risco de morte, a morte política (ou silenciamento dos grupos marginalizados), rejeição social ou a invisibilização. Pensando a biopolítica a partir do espaço e das transformações urbanas entendemos que o mecanismo de promoção da vida é a garantia de uma cidade salubre, livre de epidemias, saneada e, na concepção das elites brasileiras do passado, que reproduzisse a paisagem urbana francesa. Para garantir esta vida urbana saudável, centenas de habitações populares foram removidas, práticas espaciais proibidas na área tornada salubre, e o controle da circulação reforçado para garantir esta forma de vida. É a imagem da *modernidade carioca* (BARBOSA, 1990).

Mas onde há opressões há resistências

Separaram-se as classes sociais, elimina-se a presença negra da área central, mas isso não destrói a cidade negra. Apesar da remoção de inúmeras habitações coletivas para a abertura de vias na freguesia da Candelária, São José e Sacramento, Gomes (2009; 2012) afirma que a região com maior número de cortiços, Santana, não foi atingida pela primeira reforma urbana. Ele entende que a Reforma Passos foi apenas um estágio gradativo da eliminação das habitações coletivas, continuada na década de 1940 com a abertura da Avenida Presidente Vargas e a remodelação da região da Cidade Nova. O período “bota-abaixo” teria marcado a separação dos usos do solo urbano, eliminando a moradia popular especificamente das freguesias mais centrais, destinando-as ao comércio e prédios monumentais.

A freguesia de Santana, não afetada pelas reformas, se torna um refúgio para toda a população marginalizada no processo de modernização da cidade: tanto os expropriados pelas demolições quanto aqueles cujo modo de vida não se “adequava” ao projeto de cidade em construção. Oswaldo Rocha (1986) vai destacar a Praça Onze

como ponto de convergência das principais vias da freguesia de Santana e Santa Rita, área periférica ao centro durante o século XIX. O autor afirma que era

... uma comunidade quase que fechada, dentro de uma cidade em transformação. Verdadeiro foco de resistência à modernidade que se impunha, conservará suas características socioeconômicas, passada a era das demolições. Ao contrário, esses casarões, já consideravelmente ocupados antes das reformas, se povoaram ainda mais, numa demonstração de solidariedade dos seus antigos ocupantes. A Praça Onze era o abrigo de todo baiano recém-chegado ao Distrito Federal, encontrando casa e comida pelo tempo que lhe fosse necessário, até encontrar um ofício. (ROCHA, 1986, p.86-87)

Enquanto as áreas centrais mais valorizadas sofriam intenso processo de transformação gerando grandes mudanças no cotidiano da população mais pobre, a Pequena África se formava no imaginário urbano como espacialidade propícia para novos mecanismos de sobrevivência da comunidade ainda mais marginalizada com o processo de modernização. Acolhimento de migrantes de tantas origens, os zungus chefiados pelas “tias baianas” os amparavam em suas espaçosas residências:

Toda a comunidade colaborava, utilizando-se do seguinte sistema: as tias organizavam um calendário de maneira que toda semana uma festa fosse realizada. Esses eventos duravam de três a quatro dias, até mais. Muitos convidados residiam nos casarões durante o tempo da festa, nos quais se realizavam batuques, jogos de capoeira, saraus e práticas religiosas. Ao mesmo tempo que farreava, o recém-chegado iniciava-se num ofício e se integrava à comunidade. É importante dizer que as festas eram vigiadas de perto pela polícia. (ROCHA, 1986, p.98-99)

A Praça Onze era o centro de uma região que abrangia as áreas mais degradadas (e negras) do core urbano: Santo Antônio, Espírito Santo, Santa Rita e Santana. E toda a região, ainda que não fosse habitada somente pela população negra e africana, “acionava o porto, a Bahia e uma África mítica como parte de seu repertório cultural, destoando do modelo que buscava Paris como exemplo de civilidade” (SILVA, 2013, p.216). Para a autora, enquanto o “bota-abaixo” construiu sua vitrine de progresso criou no mesmo processo o espaço da barbárie, que concentraria a população excluída da cidade europeia, tanto a que chegava quanto a que já estava.

Da zona portuária (freguesia de Santa Rita) até os pés da Serra da Carioca (freguesia do Espírito Santo), passando pela efervescência da Praça Onze (freguesia de Santana) e possivelmente estendendo até a região do Mangue (início da freguesia de São

Cristóvão), a região chamada de Pequena África abrigava inúmeras territorialidades, funções urbanas e agenciamentos de grupos étnicos diversos através de uma extensa área que concentrava quase 35% da população da capital federal⁶. Acreditamos que esta é vasta e múltipla demais para ser identificada no singular, neste trabalho fica a possibilidade de pensar Pequenas Áfricas, multiplicidade a ser aprofundada em pesquisas documentais futuramente.

Entendemos que o branqueamento da cidade não foi um processo que começou e terminou com a Reforma Passos, mas se estendeu desde a metade do século XIX à primeira metade do século XX através de discursos e práticas que eliminassem a presença negra da paisagem urbana. Fosse através do cerceamento da circulação desta população pelas áreas valorizadas da cidade, pela criminalização de suas práticas, pelo incentivo à imigração e naturalização de europeus, ou eliminando formas e símbolos negros da dinâmica urbana.

Por outro lado, mapear as formas negras de reconstrução da cidade num período de supremacia racial tão explícita restringe parte do nosso trabalho aos arquivos policiais. A maioria das práticas que produzissem coesão social e solidariedade negras ou reconstruíssem formas de existência africanas eram categorizadas senão como crimes, infrações de posturas. Os registros policiais identificavam o grupo étnico-racial dos contraventores, enquanto as infrações de postura identificavam e localizavam quais práticas eram contravenção e onde eram realizadas. Esses registros possibilitam delinear por alto os campos negros que se formaram e transformam a cidade. Ainda assim eles não dizem tudo. Como levantado por Soares (2001), a grande estratégia das práticas de resistência negras era justamente não serem conhecidas:

Mas sabemos que grande parte da rede social que ligava a comunidade de cativos na cidade permanecera para sempre à sombra, pois dos documentos que iluminam essa história eram produzidos exatamente por aqueles encarregados da repressão e da prepotência. Assim, *nossos personagens quase sempre faziam toda a força para ocultar seus laços de fraternidade e apoio* (SOARES, 2001, p.216, grifos nossos)

⁶ Consideramos as freguesias de Santa Rita, Santanna, Santo Antônio e Espírito Santo segundo o censo de 1890. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1895).

Mas onde há opressões há resistências! Há uma geografia racial das resistências e transgressões que pode ser mapeada desde os territórios das maltas de capoeiras, através do estudo das praças negras, irmandades negras, zungus. O século XX inicia com outra cidade completamente diferente da representada no século anterior. E no bojo deste processo de produção de um novo espaço urbano, são refeitos novos campos negros. Dessa vez os laços de solidariedade construídos não para burlar a escravidão, mas para refazer Áfricas: formas de existência que louvassem os ancestrais, celebrassem através da música, criando uma cultura própria, baseada no acolhimento de irmãos migrantes e formação de uma comunidade.

Considerações finais

Neste trabalho defendemos que as transformações urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX criam duas cidades. Uma moderna, inspirada na arquitetura francesa, para onde o aparato estatal desenvolveu um conjunto de técnicas de higiene e ordenamento urbano que promovesse salubridade e ambiente aprazível para seus cidadãos, onde o aparato policial impedisse a circulação de práticas impróprias ao ambiente e excluísse os grupos indesejáveis. A outra cidade, extensa, densamente povoada, labiríntica, multiétnica e majoritariamente negra, pulsava recreações culturais e sustentada por laços de solidariedade. A biopolítica inaugura estas duas cidades: a área de promoção da vida só pode existir se os indesejáveis fossem removidos e controlados, e esta lógica é mediada por critérios raciais.

Referências Bibliográficas

- AMPARO ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 22, 2011, p.108-134.
- AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Jorge Luiz. **Modernização urbana e movimento operário**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- _____. A Atlântida negra: a utopia da cidade afro-brasileira nas paisagens estéticas de Heitor dos Prazeres. **XVI Colóquio Internacional de Geociências**. Barcelona, 2-7 de maio de 2016, Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_barbosa.pdf, acessado em 13 abr 2021.
- BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**: A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura e Informação Cultural, 1992.
- CAMPELLO, André. **Manual Jurídico da Escravidão**: Império do Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- CAMPOS, Andrelino. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CIRQUEIRA, Diogo; GUIMARÃES, Geny; SOUZA, Lorena. Introdução ao caderno temático “Geografias Negras”. **Revista ABPN**, v.12, n. Ed. Especial – Caderno Temático Geografias Negras. Abril de 2020, p.3-11.
- CORREA, Roberto. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v.94, 2016, p. 1-11.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca ao Brasil [1834-1839]**. São Paulo: Edusp, 1978.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Recenseamento geral do império de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php, acesso em: 11 jan. 2019.
- _____. **Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890**: Districto Federal. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or6397/or6397.pdf, acesso em 11 jan 2019.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008 [1968].
- FARIAS, Juliana. **Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado**. 2012. Tese (Doutoramento em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22102012-113439/publico/2012_JulianaBarretoFarias.pdf, acesso em 14 abr 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1976].
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978].
- _____. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999 [1988].
- FURTADO, Janaína. **Dois lados da moeda**: a Comissão Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro e o discurso de higiene e saneamento no século XIX. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.
- GOMES, Marcus. O cortiço e a cidade: discutindo e re-construindo a geografia das habitações coletivas no Rio de Janeiro oitocentista. **Anales del XII Encuentro de geógrafos de América Latina**. Montevideo, Uruguai, 2009.
- _____. Onde moravam os pobres? Uma análise sobre as habitações coletivas do Rio oitocentista. **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica**. Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, Geny. **Rio Negro de Janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. Tese de doutorado – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- _____. Geo-grafias negras e geografias negras. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, abril de 2020, p. 292-311
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: territórios e multi-territorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LIRA, José. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, p. 47-78, maio 1999.
- MOREIRA, Carlos et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André (org.). **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Cadernos PENESB n.5, p.17-34 Niterói: EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, Denilson. **Por uma geografia das relações raciais**: o racismo na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

_____. Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: CRUZ; OLIVEIRA (orgs.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. 2ª ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002.

ROCHA, Oswaldo. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro: 1870 – 1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

SANTOS, Lucimar. Moradas, ocupação e territórios urbanos: crioulos e africanos no Rio de Janeiro, 1870-1910. In: SANGLARD, ARAÚJO & SIQUEIRA (org.). **História urbana**: memória, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SANTOS, Renato (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia**: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Revista Tamoios*, ano 7, n.1, p.4-24, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL de URBANISMO; IPP. **Planos Urbanos**: Rio de Janeiro – o século XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

SILVA, Lucia. A Paris dos trópicos e a Pequena África na época do Haussmann tropical. In: SANGLARD, ARAÚJO & SIQUEIRA (orgs.). **História urbana**: memória, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Marilene. **Negro na rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, Paula. **Raça e cidade**: a produção do espaço urbano sob a ótica das relações sociais na cidade do Rio de Janeiro – século XIX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

Data de Submissão: 16/04/2021

Data da Avaliação: 27/10/2021